

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DE RONDÔNIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

**SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE STATE OF RONDÔNIA: A
SYSTEMATIC REVIEW**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 21/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/787250152](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/787250152)

Adriana Vieira Costa¹

Sâmia Souza Santos²

RESUMO

Os conflitos socioambientais em Rondônia decorrem de disputas pelo acesso, uso e controle de recursos naturais, associadas a grandes projetos de infraestrutura, expansão agropecuária, colonização e proteção territorial. O estudo analisa, por meio de revisão sistemática, os conflitos mais recorrentes na produção acadêmica sobre o estado entre 2007 e 2025. A pesquisa seguiu o protocolo PRISMA e identificou inicialmente 1.863 registros no Google Acadêmico e no Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), dos quais 30 estudos compuseram o corpus final. A análise de conteúdo temática revelou quatro eixos principais: deslocamento compulsório e reassentamento; uso, acesso e controle das águas e dos recursos do rio; disputa fundiária e apropriação territorial; e reconhecimento, permanência e defesa de territórios tradicionais. Conclui-se que esses conflitos são persistentes, historicamente produzidos e marcados por assimetrias de poder, evidenciando intensas disputas territoriais e formas de resistência social em Rondônia.

Palavras-chave: conflitos socioambientais; Estado de Rondônia; Amazônia; revisão sistemática.

ABSTRACT

Socio-environmental conflicts in Rondônia arise from disputes over access to, use of, and control over natural resources, associated with large infrastructure projects, agricultural expansion, colonization, and territorial protection. This study analyzes the most recurrent conflicts in academic literature on the state between 2007 and 2025 through a systematic review. Following the PRISMA protocol, the search initially identified 1,863 records in Google Scholar and the Institutional Repository of the Federal University of Rondônia (UNIR), of which 30 studies formed the final corpus. Thematic content

analysis revealed four main axes: forced displacement and resettlement; use, access, and control of water and river resources; land disputes and territorial appropriation; and recognition, permanence, and defense of traditional territories. The study concludes that these conflicts are persistent, historically produced, and marked by power asymmetries, revealing intense territorial disputes and forms of social resistance in Rondônia.

Keywords: socio-environmental conflicts; State of Rondônia; Amazon; systematic review.

1. INTRODUÇÃO

Os conflitos socioambientais constituem um fenômeno complexo que emerge da interação entre dinâmicas econômicas, políticas, jurídicas e culturais sobre o território, produzindo assimetrias de poder e disputas pelo acesso, uso e controle de recursos naturais. Rondônia é um dos estados da Amazônia brasileira que tem experimentado intensos conflitos socioambientais, particularmente nas últimas décadas, em razão da combinação de grandes projetos de infraestrutura, como a construção de hidrelétricas, da crescente expansão do agronegócio, das frentes de colonização e da criação de unidades de conservação e terras indígenas. Nesse contexto, o estado constitui um dos espaços de maior intensidade de conflitos socioambientais na Amazônia.

Estudos sobre as usinas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira evidenciam uma série de “conflitos socioambientais de maior proporção”, como o Conflito do Licenciamento, o Conflito Internacional, o Conflito Étnico-Indígenas, o Conflito da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o Conflito do bairro Triângulo e o Conflito do Deslocamento Populacional, que se desdobram em conflitos locais

ou microlocalizados no cotidiano das populações atingidas (Zimmerli; Siena, 2015).

Pesquisas com comunidades ribeirinhas e reassentadas ao longo do rio Madeira mostram deslocamentos compulsórios, ruptura da territorialidade e reconfiguração forçada de modos de vida, em especial entre ribeirinhos e pescadores artesanais (Moret *et al.*, 2021; Ribeiro; Andrade; Moret, 2015). Em outras regiões do estado, a literatura também registra conflitos fundiários e agrários marcados por violência no campo, disputas territoriais em projetos de assentamento e áreas de fronteira agrícola (Matos, 2023; Teixeira, 2015), além de tensões em áreas protegidas e territórios de povos indígenas e quilombolas.

Embora a literatura acadêmica já tenha produzido contribuições relevantes sobre os impactos das hidrelétricas do rio Madeira, as disputas fundiárias, as transformações no uso das águas e a defesa de territórios tradicionais, essa produção ainda se apresenta de forma fragmentada e distribuída em diferentes campos disciplinares, recortes empíricos e enfoques analíticos. Tal dispersão dificulta a obtenção de uma visão de conjunto sobre os principais padrões de conflitos socioambientais que atravessam o estado de Rondônia. É justamente nesse ponto que se situa o problema da presente pesquisa: a ausência de uma sistematização analítica da produção acadêmica capaz de identificar, organizar e interpretar, de forma integrada, quais tipos de conflitos socioambientais têm sido mais recorrentes na literatura e como eles vêm sendo caracterizados no contexto rondoniense. Diante disso, a questão que orienta este estudo pode ser assim formulada: quais são os principais conflitos socioambientais identificados na produção acadêmica sobre o estado de Rondônia, no período de 2007 a 2025, e como são

caracterizados pela literatura? A formulação dessa pergunta parte do pressuposto de que a compreensão dos conflitos exige ultrapassar a descrição isolada de casos empíricos, de modo a evidenciar regularidades, recorrências temáticas e formas específicas de disputa que revelam a complexidade da reorganização territorial amazônica. Mais do que enumerar ocorrências, interessa compreender como os estudos analisados interpretam tais conflitos, quais sujeitos aparecem como centrais, quais processos históricos e territoriais os produzem e quais dimensões da conflitualidade assumem maior visibilidade na produção científica examinada.

Nesse sentido, o objetivo geral desta revisão sistemática é analisar os principais conflitos socioambientais abordados pela literatura acadêmica sobre o estado de Rondônia, no recorte temporal de 2007 a 2025. De modo mais específico, busca-se mapear a produção pertinente ao tema, selecionar os estudos com base em critérios de elegibilidade e qualidade acadêmica, categorizar os conteúdos recorrentes presentes no corpus analisado e discutir como esses conflitos se organizam em torno de eixos centrais, tais como o deslocamento compulsório e o reassentamento, o uso e o controle das águas e dos recursos do rio, a disputa fundiária e a apropriação territorial, bem como o reconhecimento e a defesa de territórios tradicionais.

A relevância do estudo reside, portanto, em oferecer uma leitura sistematizada da produção acadêmica sobre os conflitos socioambientais em Rondônia, contribuindo para qualificar o debate sobre território, justiça socioambiental, direitos de populações atingidas e modelos de desenvolvimento na Amazônia. Ao reunir e organizar criticamente os achados dispersos na literatura, esta

pesquisa não apenas amplia a compreensão sobre a realidade socioambiental rondoniense, mas também fornece base analítica para investigações futuras e para reflexões mais densas acerca das respostas institucionais, políticas e jurídicas exigidas diante da persistência desses conflitos.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotou-se o procedimento de revisão sistemática da literatura, compreendido como uma abordagem que utiliza métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar, avaliar criticamente e sintetizar pesquisas relevantes (Moher *et al.*, 2009).

Seguiu-se o protocolo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA 2020), empregando-se a lista de verificação de 27 itens e o fluxograma em quatro fases, com o objetivo de assegurar clareza, transparência e reprodutibilidade do processo de busca, seleção e síntese dos resultados (Page *et al.*, 2021).

2.1. Base de Dados, Descritores e Critérios de Seleção

Inicialmente, foram realizadas buscas nas bases SciELO e Scopus, com o uso de descritores relacionados a conflitos ambientais e socioambientais na Amazônia e, especificamente, em Rondônia. Contudo, essas buscas resultaram em número reduzido de publicações diretamente vinculadas ao recorte pretendido, seja pela baixa ocorrência do termo “Rondônia” associado a “conflito socioambiental”, seja pela predominância de estudos em escala nacional ou pan-amazônica. Diante dessa limitação, optou-se por ampliar a estratégia de busca mediante o uso do software *Publish or Perish*, a partir de consultas realizadas no Google Acadêmico, bem

como pela consulta ao Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

A inclusão do repositório da UNIR mostrou-se metodologicamente relevante por se tratar da única universidade pública do estado, responsável por concentrar parte significativa da produção científica local, especialmente dissertações, teses e trabalhos acadêmicos voltados à realidade rondoniense. Desse modo, o Repositório Institucional da UNIR constituiu fonte para a identificação de estudos com recorte empírico mais próximo do objeto desta pesquisa.

Os termos de busca foram combinados com operadores booleanos (AND/OR) e, quando disponíveis, com operadores de proximidade, com o propósito de maximizar a recuperação de estudos pertinentes ao tema. A consulta booleana central utilizada foi: “Conflito Ambiental” OR “Conflito Socioambiental” AND “Rondônia”. A partir dessa estratégia, foi possível identificar um conjunto mais amplo e diversificado de produções científicas que tratam explicitamente de conflitos socioambientais no contexto rondoniense.

A escolha do recorte temporal, delimitado entre 2007 e 2025, justifica-se porque o ano de 2007 marcou a concessão da Licença Prévia para a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, evento que representou um ponto importante na intensificação dos conflitos socioambientais em Rondônia, sobretudo na região do rio Madeira. Com isso, buscou-se reunir a produção científica que passou a examinar a implantação desses empreendimentos, seus impactos, seus desdobramentos e, também, outros processos de expansão da fronteira econômica no estado.

Foram definidos critérios específicos de inclusão para identificar os estudos mais relevantes e metodologicamente consistentes sobre conflitos socioambientais em Rondônia.

Para serem incluídos nesta revisão, os estudos precisaram atender aos quatro critérios de elegibilidade definidos a seguir.

- a. Estudos que tratam explicitamente de conflitos socioambientais em Rondônia, envolvendo tensões em torno de hidrelétricas, expansão agropecuária, projetos de colonização, unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas ou uso da água;
- b. Publicações produzidas entre 2007 e 2025;
- c. Teses, dissertações e artigos publicados em periódicos com classificação Qualis igual ou superior a B1;
- d. Trabalhos que apresentem dados empíricos ou análises teórico-analíticas diretamente ancoradas em casos de conflitos socioambientais no território rondoniense.

2.2. Seleção dos Estudos

A seleção dos estudos foi realizada em seis etapas.

Na primeira etapa (identificação), todos os registros obtidos nas bases de dados Google Acadêmico e Repositório da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) foram exportados e organizados em uma planilha eletrônica, resultando um total de 1.863 documentos. A partir disso, foi feita a remoção de registros duplicados, monografias,

livros, relatórios institucionais, matérias de sites e outras fontes não acadêmicas.

Na segunda etapa realizou-se um primeiro refinamento do material coletado, com a retirada dos registros que não se enquadravam no perfil acadêmico definido para a revisão. Nessa fase, foram eliminados os documentos duplicados, as monografias, textos provenientes de sites e da plataforma Academia.edu, por não assegurarem, em regra, o mesmo grau de controle acadêmico e padronização exigido para a pesquisa. Do mesmo modo, livros e capítulos de livros foram retirados. Essa etapa teve como finalidade depurar o banco inicial e assegurar maior consistência ao conjunto de registros submetidos às fases seguintes.

Na etapa de triagem por leitura de título, procedeu-se ao exame individual dos títulos dos estudos remanescentes, com o objetivo de verificar sua pertinência temática em relação ao problema de pesquisa. Foram mantidos apenas os trabalhos que, já em seu título, indicavam vinculação direta com os conflitos socioambientais e com o recorte territorial de Rondônia. Em contrapartida, foram excluídos os registros que tratavam de temas diversos, que abordavam outras regiões da Amazônia sem foco específico no estado, ou que, embora relacionados à temática ambiental, não indicavam aderência ao objeto central da revisão.

Na quarta etapa, correspondente à triagem por qualidade acadêmica, foram selecionados apenas estudos que atendessem aos critérios de qualificação previamente estabelecidos, admitindo-se dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em periódicos com classificação Qualis B1 ou superior, adotado pela CAPES para o quadriênio 2021 a 2024. Nessa fase,

foram excluídos os trabalhos que não se enquadravam nesses parâmetros, com o objetivo de assegurar um corpus composto por produções acadêmicas com maior rigor científico e relevância para a revisão.

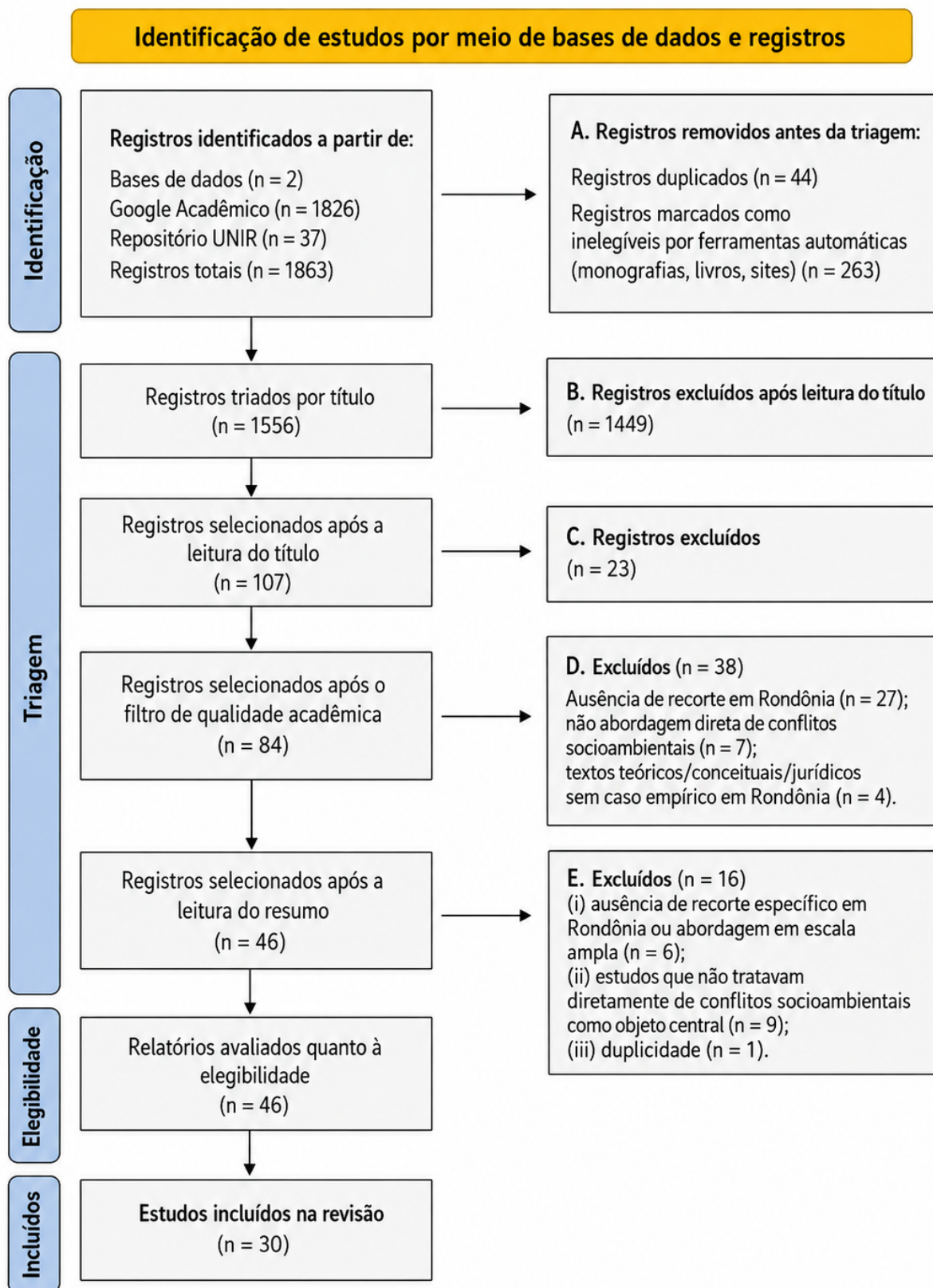
Na quinta etapa (triagem por leitura de resumo), os estudos remanescentes foram inicialmente numerados de 01 a 84, com a finalidade de facilitar a organização, o controle e a rastreabilidade da análise. Em seguida, procedeu-se à leitura individual dos resumos. Nessa fase, foram excluídos os estudos que, embora aparentassem alguma proximidade temática na leitura do título, não apresentavam, em seu conteúdo resumido, foco específico nos conflitos socioambientais em Rondônia, ou não delimitavam de forma clara o recorte territorial, os sujeitos envolvidos e a natureza do conflito analisado. Também foram afastados os textos que tratavam de questões ambientais de maneira genérica, sem abordagem efetiva de disputas socioambientais, bem como aqueles cujo resumo revelava inadequação aos critérios de inclusão previamente estabelecidos.

Na última etapa (elegibilidade), os textos potencialmente relevantes foram lidos integralmente para verificar sua aderência efetiva ao objeto da pesquisa, além da clareza metodológica e o detalhamento dos resultados. Documentos cujo foco principal não recaía sobre conflitos socioambientais em Rondônia, ou que não apresentavam dados empíricos compatíveis com a análise proposta, foram excluídos nesta fase. Entre as exclusões, destaca-se o fato de alguns estudos focarem apenas na legislação, impactos gerais ou proposições políticas, sem discussões concretas sobre os conflitos no estado.

Com isso, buscou-se assegurar que os estudos selecionados estivessem alinhados ao objetivo da revisão, mantendo a relevância e a qualidade metodológica do corpus analisado.

Os passos adotados estão resumidos no Esquema 1.

Esquema 1. Identificação e seleção dos estudos para o corpus de pesquisa



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no fluxograma PRISMA 2020 (Page et al., 2021).

2.3. Categorização dos Dados

Após a seleção e a leitura integral dos estudos incluídos na revisão sistemática, procedeu-se à categorização dos dados com base nos conteúdos recorrentes identificados no corpus analisado. Para tanto,

adotou-se a análise de conteúdo temática, nos termos propostos por Bardin (2016). Como unidades de registro, entendidas como os elementos mínimos dotados de significado que orientam a categorização, foram considerados os trechos textuais indicativos dos principais conflitos socioambientais em Rondônia, tais como deslocamento compulsório, reassentamento, alteração do uso e do controle das águas, redução do pescado, enchentes, desbarrancamentos, disputa fundiária, apropriação territorial, reconhecimento e defesa de territórios tradicionais.

Como unidades de contexto, isto é, a parte mais ampla que permite interpretar as unidades de registro, adotaram-se os artigos selecionados e seus respectivos resultados, discussões e bases empíricas. Assim, a categorização foi realizada a partir dos conflitos, efeitos, processos e formas de disputa descritos nos estudos, que constituíram as unidades de registro, enquanto os textos completos corresponderam às unidades de contexto. Desse modo, um mesmo trabalho pôde contribuir para mais de uma categoria analítica, sempre que seus achados dialogassem com diferentes dimensões do fenômeno investigado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar que os conflitos socioambientais em Rondônia não se distribuem de forma aleatória, nem podem ser compreendidos apenas a partir do setor econômico envolvido ou da área em que se manifestam. Ao contrário, o corpus analisado evidenciou a recorrência de determinados padrões de conflito, relacionados à intervenção sobre territórios socialmente vividos, à redefinição do uso dos recursos naturais, à disputa pela terra e à luta de povos e comunidades pela

permanência em seus espaços de vida. Por essa razão, os resultados foram organizados com base nos principais tipos de conflitos socioambientais identificados na literatura, em consonância com a pergunta central desta revisão.

O Quadro 1 apresenta uma síntese das categorias analíticas construídas a partir da leitura integral do corpus, reunindo, para cada eixo de conflito, seu significado analítico e exemplos de unidades de registro extraídas dos estudos selecionados. Essas categorias não foram definidas previamente de forma rígida, mas elaboradas a partir dos conteúdos recorrentes identificados na etapa de categorização dos dados, com base na análise de conteúdo temática. Assim, expressões, processos e situações recorrentes nos trabalhos, como deslocamento compulsório, reassentamento, alteração do uso e controle das águas, redução do pescado, enchentes, disputa fundiária, apropriação territorial, reconhecimento e defesa de territórios tradicionais, foram tratadas como unidades de registro e, posteriormente, agrupadas em eixos analíticos mais amplos, capazes de sintetizar os padrões predominantes de conflitualidade socioambiental no estado.

Desse modo, o quadro não apenas resume os resultados da revisão, mas também explicita o percurso analítico por meio do qual se chegou às quatro categorias centrais discutidas nas subseções seguintes: conflitos por deslocamento compulsório e reassentamento; conflitos pelo uso, acesso e controle das águas e dos recursos naturais; conflitos por disputa fundiária e apropriação territorial; e conflitos territoriais e lutas por reconhecimento envolvendo povos originários e comunidades tradicionais.

Quadro 1. Categorias e exemplos de unidades de registro

Categoria	Significado	Exemplos de Unidades de Registro
Conflitos relacionados ao deslocamento compulsório e ao reassentamento de populações atingidas	Conflitos ligados à retirada forçada de famílias de seus territórios e à transferência para reassentamentos organizados em função de grandes empreendimentos.	Deslocamento, remanejamento, reassentamento populacional; atingidos pela construção das usinas, Nova Mutum Paraná, Novo Engenho Velho e Riacho Azul, (Zimmerli, 2012; Zimmerli; Siena, 2015; Rocha <i>et al.</i> , 2023; Passos; Praxedes, 2013).
Conflitos pelo uso, acesso e controle das águas e dos recursos naturais.	Conflitos decorrentes da alteração da dinâmica do rio e da perda ou restrição do acesso comunitário à água, à pesca e a outros recursos naturais.	Alteração da vazão, enchentes, cheias anômalas, desbarrancamentos, redução do pescado, restrições à pesca, agricultura de várzea e controle do rio pelas usinas (Alves, 2025; Nantes, 2023; Anjos, 2025; Pereira; Winkler; Hacon, 2016).
Conflitos por disputa fundiária e apropriação territorial.	Conflitos relacionados à posse, ocupação, grilagem e controle da terra, geralmente associados à colonização, ocupação irregular e pressão sobre áreas públicas ou protegidas.	Invasão de terras públicas, grilagem, posse da terra, expansão da fronteira agropecuária, pressão sobre áreas protegidas e violência no campo, União Bandeirante e o PIC Sidney Girão (Matos, 2023; Teixeira, 2015; Bispo et al., 2025)
Conflitos territoriais e lutas por reconhecimento envolvendo povos originários	Conflitos centrados na luta de povos e comunidades tradicionais para permanecer em seus territórios, obter reconhecimento e	Demarcação, reconhecimento territorial, defesa do território, invasões, povo Wajuru, Rio Mequéns e direito de permanecer na terra, recorrentes nos trabalhos sobre os conflitos

e comunidades tradicionais	defender seus modos de vida.	vividos por comunidades tradicionais no Vale do Guaporé (Reis, 2024; Reis; Teixeira, 2024).
----------------------------	------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Assim, a discussão a seguir não se organiza como exposição isolada de cada estudo, mas como análise dos conteúdos recorrentes que emergem do conjunto da produção examinada. Busca-se, com isso, evidenciar quais conflitos socioambientais aparecem com maior frequência na literatura sobre Rondônia, como eles são caracterizados pelos autores e de que maneira revelam as tensões entre grandes empreendimentos, apropriação territorial, uso dos recursos naturais e resistência de comunidades tradicionais diante das transformações impostas ao território amazônico.

3.1. Conflitos Relacionados Ao Deslocamento Compulsório e Ao Reassentamento de Populações Atingidas

Entre as categorias identificadas na revisão, os conflitos por deslocamento compulsório e reassentamento configuram o eixo mais recorrente e mais expressivo da literatura analisada. Essa predominância se explica pelo peso que a implantação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, assumiu na reorganização territorial de Porto Velho e de seu entorno, atingindo diretamente comunidades ribeirinhas, pescadores e moradores de localidades tradicionais. Nessa bibliografia, o deslocamento populacional aparece como um dos principais conflitos gerados pelo Complexo do Madeira, o que demonstra que a retirada de famílias de seus territórios não constituiu um efeito das obras, mas um

componente central de sua viabilização (Zimmerli, 2012; Zimmerli; Siena, 2015; Luiz, 2019).

A literatura aponta que o deslocamento compulsório não pode ser compreendido como simples mudança espacial ou transferência de moradores de uma área para outra. Trata-se, antes, de um processo imposto às populações atingidas em nome da implantação do empreendimento, no qual a permanência no território anterior se torna inviável pela alagação, pela ocupação das áreas pela obra, pela supressão de condições materiais de permanência ou pela própria condução institucional do remanejamento. Nessa perspectiva, o conflito não se resume ao fato de as famílias terem sido reassentadas, mas ao modo como foram obrigadas a sair, às condições em que esse deslocamento ocorreu e à baixa capacidade de interferência que tiveram sobre os destinos que lhes foram oferecidos (Rocha *et al.*, 2023; Luiz, 2019; Andrade, 2012).

No caso da UHE Santo Antônio, os estudos registram que as famílias atingidas foram direcionadas a diferentes modalidades de reassentamento, entre elas Novo Engenho Velho e Riacho Azul, além de alternativas como indenização e carta de crédito. Entretanto, a existência dessas modalidades não eliminou o caráter compulsório do processo. A literatura indica que o deslocamento foi estruturado sob uma lógica institucional em que as alternativas de saída já vinham previamente definidas, cabendo às comunidades apenas aderir a opções delimitadas pelo empreendimento. Nesse sentido, o reassentamento não aparece como escolha livremente construída pelos atingidos, mas como solução formulada de cima para baixo para permitir o avanço das obras e a reorganização do espaço exigida pela barragem (Rocha *et al.*, 2023).

O mesmo ocorre no caso da UHE Jirau, especialmente com a remoção dos moradores do Distrito de Mutum-Paraná para Nova Mutum Paraná. Também aqui o reassentamento foi apresentado como resposta moderna e planejada ao impacto da obra, com oferta de casas, infraestrutura urbana e equipamentos públicos. No entanto, os estudos mostram que o centro do conflito não estava apenas na qualidade formal da nova estrutura, mas no próprio fato de que uma comunidade historicamente enraizada em determinado território foi obrigada a deixar seu lugar e a reorganizar sua vida em um espaço inteiramente refeito segundo outra racionalidade espacial. Em vez de continuidade territorial, houve substituição forçada de um território vivido por um território planejado externamente (Cavalcanti; Torquato; Dias, 2020; Passos; Praxedes, 2013).

É importante destacar, ainda, que o conflito do deslocamento compulsório não se esgota no ato da “remoção”. Os reassentamentos produzidos pelas hidrelétricas revelam que sair do território de origem desencadeia outras consequências, como a ruptura das redes de vizinhança, a alteração do sustento, a perda do acesso cotidiano ao rio e a dificuldade de adaptação a novas formas de moradia e organização do espaço. Contudo, essas consequências devem ser compreendidas como desdobramentos do deslocamento e do reassentamento, que permanecem o núcleo principal deste eixo. Em outras palavras, a modificação do trabalho, a fragilização da pesca, a piora das condições para a agricultura e a reconfiguração da vida comunitária aparecem na literatura porque as famílias foram deslocadas e reassentadas, e não como fenômenos isolados do processo principal (Rocha *et al.*, 2023; Passos; Praxedes, 2013; Nantes, 2023).

Nesse sentido, a literatura sugere que os reassentamentos hidrelétricos em Rondônia não devem ser avaliados apenas pela existência física de casas, ruas ou equipamentos urbanos, mas pela capacidade (ou incapacidade) de responder ao conflito originário do deslocamento compulsório. Quando os estudos mostram que os moradores reassentados passaram a enfrentar dificuldades de reinserção, perda de referências territoriais e inadequação entre o novo espaço e suas formas anteriores de viver, o que se evidencia é que o reassentamento não suprimiu o conflito, mas o prolongou em outras condições. Assim, o reassentamento aparece simultaneamente como medida de compensação e como espaço de reprodução do próprio conflito socioambiental (Passos; Praxedes, 2013; Cavalcanti; Torquato; Dias, 2020; Ribeiro; Andrade; Moret, 2015).

A bibliografia também demonstra que os deslocamentos compulsórios foram marcados por assimetria decisória e reconhecimento insuficiente dos atingidos. Em diferentes momentos, as comunidades tiveram baixa capacidade de influir nos critérios de remanejamento, nas condições dos reassentamentos e nos próprios termos da compensação social. Além disso, parte dos estudos mostra que nem todos os grupos afetados foram inicialmente reconhecidos como atingidos, o que amplia o conflito ao plano do reconhecimento institucional e do direito à reparação. Esse elemento reforça que o deslocamento compulsório não foi apenas fenômeno territorial, mas também político, pois envolveu disputa sobre voz, visibilidade e acesso a direitos no interior do processo de implantação das hidrelétricas (Moret *et al.*, 2021; Luiz, 2019; Alves, 2025).

Dessa forma, o fato de esse ser o eixo com maior número de estudos não decorre apenas da importância das usinas do Madeira no

cenário rondoniense, mas da centralidade que o deslocamento compulsório assumiu como forma específica de conflito socioambiental. A literatura analisada mostra que os reassentamentos constituíram muito mais do que solução técnica para remoções inevitáveis: eles foram parte constitutiva do conflito, pois implicaram a retirada forçada de populações, a substituição de territórios historicamente construídos por espaços planejados externamente e a abertura de um conjunto de novas tensões sociais, econômicas e territoriais. Por isso, os conflitos por deslocamento compulsório e reassentamento aparecem como o núcleo mais visível e mais consistente da produção científica sobre os efeitos socioambientais das hidrelétricas em Rondônia.

3.2. Conflitos Pelo Uso, Acesso e Controle dos Recursos Naturais

Este segundo eixo também concentrou número expressivo de estudos no corpus analisado, sobretudo porque grande parte da literatura sobre conflitos socioambientais em Rondônia se dedica aos efeitos produzidos pelas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau sobre o rio Madeira e sobre as comunidades que dele dependem. Se, no eixo anterior, o foco recai sobre a remoção das populações e seus reassentamentos, aqui a ênfase se desloca para os conflitos gerados pela transformação da dinâmica das águas e pela redefinição do acesso aos recursos do rio. Em outras palavras, trata-se de um conjunto de estudos que, embora também vinculado às hidrelétricas, privilegia não mais a saída forçada das famílias de seus territórios, mas as alterações hidrológicas, produtivas e ecológicas que passaram a afetar diretamente a pesca, a agricultura de várzea, a navegabilidade, a estabilidade das margens e o uso comunitário do Madeira (Alves, 2025; Nantes, 2023; Anjos, 2025).

Esse eixo permite perceber que o conflito socioambiental não se limita ao território terrestre. O rio, nos estudos analisados, aparece como espaço de trabalho, circulação, alimentação, memória e orientação temporal, de modo que a sua regulação por empreendimentos hidrelétricos produz conflito precisamente porque redefine quem controla a água, quando ela sobe, quando desce, quem pode pescar, onde se pode plantar e sob que condições se pode continuar vivendo do rio. A literatura sugere que as barragens deslocaram o poder de decisão sobre o comportamento das águas das comunidades ribeirinhas e pesqueiras para os agentes que operam o sistema energético, produzindo uma transformação hidrossocial profunda no rio Madeira (Alves, 2025; Nantes, 2023).

Um dos conflitos mais recorrentes nesse eixo é a alteração do regime hidrológico, especialmente a variabilidade da vazão e seus efeitos sobre as cheias e vazantes. Ao analisar os sistemas pesqueiros do Madeira, observa-se que comunidades como São Carlos, Cujubim Grande, Calama e Nazaré passaram a enfrentar intempéries causadas pela rápida variabilidade dos níveis de vazão, com repercussões diretas sobre a pesca e a agricultura de várzea (Alves, 2025). Essa mudança rompe com a previsibilidade relativa do rio anterior às barragens, em que as comunidades organizavam plantio, colheita, pesca e deslocamentos com base em referências ambientais historicamente construídas. É justamente essa perda de previsibilidade que transforma a água em objeto de conflito: o rio deixa de ser lido e manejado prioritariamente pelas comunidades e passa a responder, em grande medida, à lógica de operação das usinas (Alves, 2025; Nantes, 2023).

A literatura também é enfática ao apontar a ocorrência de enchentes como um dos conflitos centrais ligados à água. Em análise sobre a bacia do Madeira, destaca-se que a inundação de 2014 acarretou impactos severos às comunidades a jusante e a montante das hidrelétricas, com perda de moradias, roçados e bens, além do isolamento prolongado de famílias em localidades como Nazaré (Anjos, 2025). O problema não ficou restrito a 2014: outras cheias, como as de 2016 e 2019, também aparecem na literatura como eventos de grande impacto social e territorial, mostrando que a convivência com o rio passou a ser marcada por uma insegurança hídrica permanente (Anjos, 2025). Ao discutir as comunidades atingidas pela Santo Antônio Energia, identifica-se que as alterações no comportamento das águas passaram a afetar também a possibilidade de manter cronogramas tradicionais de plantio e colheita, o que evidencia que as enchentes são, ao mesmo tempo, conflito hídrico, produtivo e alimentar (Nantes, 2023).

Associado às enchentes, outro conflito recorrente é o desbarrancamento e a instabilidade das margens. Embora nem todos os estudos usem exatamente o mesmo vocabulário, a bibliografia mostra que a alteração do comportamento do rio afeta as bordas, as áreas de plantio e as condições de permanência das comunidades nas margens do Madeira. Quando as cheias se tornam mais intensas ou menos previsíveis, o desbarrancamento deixa de ser apenas fenômeno geomorfológico e passa a ser também conflito socioambiental, pois compromete moradias, áreas de roçado, circulação local e segurança territorial. Nos textos que tratam da vida após as barragens, o rio deixa de ser percebido como suporte relativamente conhecido e passa a ser descrito como fonte de instabilidade material e de incerteza quanto à continuidade do uso comunitário de suas margens (Nantes, 2023; Anjos, 2025).

Outro núcleo fortíssimo desse eixo é a redução do pescado e a reconfiguração da pesca. A literatura mostra que a pesca, antes da instalação das usinas, era regulada em muitas comunidades por instituições informais, acordos locais, respeito a pontos de pesca e sistemas de manejo construídos pela própria experiência dos pescadores. Em São Carlos, por exemplo, a incidência de conflitos antes das barragens era descrita como baixa entre pescadores, e os conflitos existentes podiam ser geridos por diálogo e acordos locais (Alves, 2025). Com as usinas, porém, a situação se altera: os conflitos mais frequentes passam a ocorrer entre pescadores profissionais artesanais e as hidrelétricas, entre pescadores e fiscalização ambiental, e entre pescadores e fazendeiros, revelando que o sistema de governança do recurso pesqueiro foi profundamente tensionado pela nova configuração do território (Alves, 2025).

Nesse contexto, o conflito não envolve apenas menor quantidade de peixe, mas quem controla o recurso e como ele passa a ser controlado. Um dos achados mais expressivos é que as usinas são percebidas pelos pescadores como detentoras de poder de controle sobre o rio, justamente porque regulam a vazão e porque a chamada área de “autossalvamento” concentra peixes, mas proíbe a pesca. Isso produz situação paradoxal: o recurso continua existindo ou até se concentra em determinados trechos, mas o acesso comunitário a ele é restringido institucionalmente. O conflito, portanto, não é apenas ecológico; é também político e regulatório, pois envolve a imposição de novas regras de uso sobre comunidades que historicamente pescavam nesses territórios (Alves, 2025).

A bibliografia também mostra que a diminuição do estoque pesqueiro se relaciona a mudanças mais amplas na ocupação do território. Em Cujubim Grande, antes mesmo das barragens já havia

dificuldades de manejo no lago e competição entre pesca artesanal e pesca predatória, mas o cenário se agrava quando a região passa a receber novas pressões territoriais e econômicas. A chegada das hidrelétricas intensificou a ocupação por madeireiros e fazendeiros, enquanto o declínio de espécies de maior valor comercial estimulou pescadores artesanais a recorrer à agricultura de subsistência como forma de minimizar os impactos e manejar o conflito em torno do estoque pesqueiro (Alves, 2025). Assim, o conflito pelo recurso do rio não é apenas consequência direta da barragem; ele também se articula à pressão territorial mais ampla que acompanha a reconfiguração da região (Alves, 2025).

A relação entre água e trabalho aparece de forma muito clara quando se observa a agricultura de várzea. Como as comunidades ribeirinhas do Madeira apresentavam alta dependência comercial do pescado e da agricultura nas planícies de inundação, qualquer alteração nas cheias e secas se converte em distúrbio socioecológico de grande intensidade (Alves, 2025). Nantes evidencia essa dimensão ao mostrar que, com a incerteza dos ciclos do rio, muitas famílias deixaram de produzir seu próprio alimento porque já não conseguiam controlar o tempo de plantar e colher como faziam anteriormente. O que antes era conhecimento “incorporado”: saberes sobre o tempo de cheia e vazante, reconhecer o comportamento da água e ajustar o calendário produtivo, torna-se fonte de incerteza, precarizando a segurança alimentar e a renda das famílias (Nantes, 2023).

Esse ponto conecta-se ainda à expansão do garimpo como estratégia de sobrevivência diante da perda de áreas produtivas nas planícies de inundação. Em leitura sobre o baixo curso do Madeira, argumenta-se que as alterações nas temporalidades do rio e a

inviabilização da agricultura levaram parte das famílias a buscar no garimpo uma possibilidade de sustento, inclusive em áreas de preservação e com uso de mercúrio, gasolina e diesel, o que realimenta a contaminação das águas e dos peixes (Anjos, 2025). Assim, os conflitos pelo uso e controle das águas não se esgotam na pesca e nas enchentes; eles também se projetam na mudança das estratégias econômicas das comunidades, gerando novos circuitos de dependência, risco e degradação ambiental (Anjos, 2025).

A qualidade da água e dos peixes surge, por sua vez, como outro foco importante de conflito. Em discussão sobre a grande inundação associada ao Madeira, registra-se processo de putrefação das águas, mortalidade de peixes e animais e aumento de contaminações que afetariam a potabilidade da água e a segurança do consumo do pescado (Anjos, 2025). Ainda que nem todos os textos abordem essa dimensão com o mesmo grau de detalhe, ela amplia o problema hidrossocial ao mostrar que o conflito não se limita à quantidade de água ou de peixe, mas também à qualidade desses recursos e à segurança ambiental das populações que deles dependem cotidianamente (Anjos, 2025).

Mesmo estudos mais técnicos, voltados às condições ambientais das comunidades ribeirinhas de Porto Velho, ajudam a compor esse quadro. Ao construir um índice de problemas ambientais com base em vulnerabilidade a inundações, ocorrência de queimadas, densidade populacional e distância em relação à área urbana, demonstra-se que os conflitos associados à água e aos recursos do rio se inserem em um contexto mais amplo de fragilidade socioambiental, no qual determinadas comunidades concentram riscos múltiplos e exigiriam maior prioridade em medidas de gestão socioambiental (Pereira; Winkler; Hacon, 2016).

Dessa forma, os conflitos pelo uso, acesso e controle das águas e dos recursos do rio podem ser compreendidos, no corpus analisado, a partir de um conjunto articulado de situações: alteração da vazão e do regime hidrológico; enchentes e cheias anômalas; desbarrancamentos e instabilidade das margens; diminuição e restrição do pescado; dificuldade na pesca e na agricultura de várzea; contaminação da água e dos peixes; e centralização do controle sobre o rio e seus recursos. Ao reunir esses elementos, a literatura mostra que o conflito hidrossocial em Rondônia não é apenas sobre a água em sentido físico, mas sobre a transformação do rio em espaço regulado por interesses externos, em detrimento das comunidades que historicamente dele dependem para viver, trabalhar e permanecer no território.

3.3. Conflitos por Disputa Fundiária e Apropriação Territorial

A literatura mostra que Rondônia é marcada por conflitos fundiários persistentes, relacionados à colonização dirigida, à ocupação irregular de terras públicas, à grilagem, à expansão de frentes econômicas sobre áreas protegidas e à ausência histórica de regularização fundiária. Nessa chave, o território aparece menos como simples base física da produção e mais como espaço político de poder, de exclusão e de controle, no qual diferentes atores (posseiros, pequenos agricultores, madeireiros, fazendeiros, grileiros, órgãos fundiários e ambientais), que disputam legitimidade, permanência e acesso à terra (Teixeira, 2015; Bispo *et al.*, 2025).

A literatura é bastante clara ao indicar que esses conflitos não derivam apenas da escassez de terra, mas de um processo histórico de apropriação desigual do território. Em vez de um espaço vazio, Rondônia é descrita como território reiteradamente produzido por

frentes de colonização, políticas estatais, regularizações incompletas e sucessivas sobreposições de direitos e pretensões possessórias. É justamente por isso que a disputa fundiária não se reduz à oposição entre “quem tem” e “quem não tem” terra. Ela envolve também a transformação de terras públicas em objeto de apropriação privada, o enfraquecimento da fiscalização estatal, a formação de mercados informais de posse e o uso do território como ativo político e econômico (Teixeira, 2015).

Um dos aspectos mais recorrentes nesse eixo é a ocupação irregular de terras públicas e áreas com restrição ambiental. No caso de União Bandeirante, os estudos mostram que a ocupação desordenada da Gleba Jorge Teixeira de Oliveira fez eclodir conflitos de toda ordem, especialmente socioambientais, em razão da invasão de terras em litígio, da ausência de controle estatal sobre a apropriação territorial e da formação de um cenário propício à concentração de terras esbulhadas nas mãos de grileiros, muitos deles armados e vinculados aos interesses de latifundiários e madeireiros (Matos, 2023). A combinação entre ocupação antrópica, posse ilegal, desmatamento e exploração de recursos naturais transforma a disputa pela terra em um conflito simultaneamente fundiário, ambiental e político, com repercussões diretas sobre a vida da população local.

Nesse contexto, a ausência de titulação e de infraestrutura estatal básica aparece como fator decisivo de agravamento dos conflitos. A literatura sobre União Bandeirante aponta que a falta de regularização dos imóveis, de assistência técnica, de financiamento, de estradas, de mercado e de serviços públicos mínimos cria um ambiente em que diferentes grupos passam a disputar a terra em condições profundamente desiguais. Não se trata, portanto, apenas

de conflito entre Estado e ocupantes, mas também entre posseiros, agricultores, madeireiros, empresários e agentes governamentais, todos tentando impor projetos distintos de ocupação e uso do território (Matos, 2023). A terra, nesse cenário, deixa de ser apenas base de moradia e produção e passa a ser também espaço de especulação, de controle econômico e de afirmação de poder regional.

A própria reação dos moradores de União Bandeirante mostra como a disputa fundiária se articula à precariedade territorial. O bloqueio da BR-364 por produtores rurais exigindo regularização fundiária, escola, posto de saúde, estradas vicinais e energia elétrica revela que a terra disputada não é apenas recurso produtivo, mas parte de uma luta por reconhecimento estatal e por condições mínimas de permanência. Quando a literatura registra que a ocupação da gleba fez emergir “conflitos socioambientais decorrentes da ocupação”, com ausência manifesta de segurança, saúde e educação, evidencia-se que a apropriação territorial desordenada produz também desorganização institucional e sofrimento social prolongado (Matos, 2023).

Outro núcleo importante desse eixo é a relação entre colonização oficial e produção de novos conflitos fundiários. No caso do PIC Sidney Girão, a literatura desmonta a narrativa oficial de que o assentamento teria sido constituído sem conflito, como se tivesse ocorrido sobre uma “terra sem gente”. Ao contrário, argumenta-se que esse espaço foi aberto por um processo anterior de dizimação, deslocamento e confinamento de povos indígenas, especialmente Wari’, além de tensões com seringueiros e de conflitos ligados à abertura de frentes de ocupação e de infraestrutura. Assim, a colonização não é interpretada como política neutra de

assentamento, mas como mecanismo de reorganização territorial que se torna possível justamente porque outros grupos foram empurrados, divididos ou reduzidos (Teixeira, 2015).

Essa interpretação é importante porque alarga a noção de conflito fundiário. O problema não está apenas no litígio atual entre possuidores formais e informais, mas no próprio modo como o território foi constituído. Ao mostrar que a homologação de terras indígenas e a criação de unidades de conservação no entorno do Sidney Girão não significaram a resolução dos conflitos, a literatura sustenta que a formalização jurídica de certas categorias territoriais não apaga as tensões produzidas pela colonização anterior. Em outras palavras, o conflito persiste porque a constituição do assentamento já havia se dado sobre um território atravessado por violências anteriores, memórias de ocupação indígena, cemitérios, rotas tradicionais e disputas que o mapa oficial não é capaz de revelar (Teixeira, 2015).

Esse ponto se conecta a um tema muito forte neste eixo: a apropriação territorial como desdobramento de políticas estatais incompletas ou contraditórias. Em vários textos, o Estado aparece ora como agente que impulsiona colonização, regularização e abertura de novas áreas, ora como instância ausente no controle da ocupação e incapaz de garantir ordenamento fundiário efetivo. O resultado é a consolidação de territórios ambíguos, nos quais a legalidade e a ilegalidade coexistem, a posse se converte em ativo econômico e a violência passa a operar como mecanismo informal de decisão sobre quem permanece na terra e quem dela é expulso (Bispo *et al.*, 2025).

A literatura recente sobre conflitos agrários em Rondônia reforça essa leitura ao indicar que a ausência de política pública contínua de regularização fundiária e a permanência de uma lógica extrativista-colonial alimentam uma espiral de conflitos com graves repercussões sobre os direitos humanos, a estabilidade institucional e a segurança pública. Nesse quadro, a disputa pela terra é descrita como ambiente de permanente instabilidade nas zonas rurais, marcado por invasões, grilagem, ameaças, destruição de moradias, expulsão de famílias e atuação de grupos armados. A violência agrária, portanto, não aparece como evento excepcional, mas como forma reiterada de gestão informal do conflito fundiário em diferentes localidades do estado (Bispo *et al.*, 2025).

Também é significativo que, nesse eixo, o conflito fundiário apareça frequentemente articulado ao desmatamento e à exploração ilegal de recursos naturais. Em União Bandeirante, por exemplo, a ocupação irregular favorece a concentração de terras e a exploração madeireira; no entorno do Sidney Girão, a colonização e a abertura de frentes de uso da terra são associadas à pressão sobre áreas indígenas e extrativistas; e, na literatura mais geral sobre Rondônia, a grilagem e a omissão fundiária são descritas como fatores que intensificam a violência no campo e expandem a devastação ambiental. Isso mostra que a apropriação territorial não é apenas questão de registro fundiário, mas forma concreta de reorganizar a natureza para fins econômicos, convertendo a terra pública, florestal ou tradicionalmente ocupada em espaço de acumulação privada (Matos, 2023; Teixeira, 2015; Bispo *et al.*, 2025).

Ao mesmo tempo, esse eixo evidencia que a disputa fundiária não envolve apenas grandes proprietários ou grileiros. Pequenos agricultores, posseiros e famílias sem terra também aparecem como

sujeitos do conflito, seja por buscarem acesso a áreas para sobreviver, seja por serem capturados por dinâmicas de ocupação produzidas em contextos de ausência estatal e de promessas de regularização futura. A literatura, portanto, não constrói leitura moral simples em que um lado detém toda legitimidade e outro toda ilegitimidade; o que ela mostra é um campo territorial marcado por forte desigualdade estrutural, no qual atores com recursos muito diferentes se chocam em torno da posse, do uso e da valorização da terra (Matos, 2023; Teixeira, 2015).

Dessa forma, os conflitos por disputa fundiária e apropriação territorial podem ser compreendidos, na literatura revisada, como um conjunto articulado de tensões envolvendo: ocupação irregular de terras públicas, grilagem, colonização dirigida e seus legados, sobreposição entre projetos de assentamento e territórios historicamente ocupados, desmatamento e exploração ilegal de recursos, violência agrária e fragilidade da regularização fundiária estatal. Ao reunir esses elementos, a produção examinada mostra que a terra, em Rondônia, permanece como um dos principais núcleos de conflito socioambiental, justamente porque nela se cruzam história de colonização, interesses econômicos, omissões institucionais e disputas permanentes pelo controle do território.

3.4. Conflitos Territoriais e Lutas por Reconhecimento Envolvendo Povos Originários e Comunidades Tradicionais

A quarta categoria reúne os estudos em que o conflito socioambiental está centrado, na luta para permanecer no território, obter reconhecimento jurídico e político e defender formas tradicionais de ocupação e uso do espaço. Nesse eixo, o território aparece como condição de existência coletiva, de reprodução

cultural, de memória, de parentesco e de relação com a natureza. Por isso, o conflito não se reduz à posse da terra como ativo econômico: ele envolve o direito de seguir existindo territorialmente como povo, comunidade ou coletividade tradicional, diante de invasões, ameaças, pressões econômicas, omissões estatais e negação institucional de direitos (Reis, 2024; Reis; Teixeira, 2024).

No corpus analisado, esse eixo aparece com nitidez nos estudos sobre os Wajuru de Rolim Rio Mequéns, no Vale do Guaporé, mas também pode ser aprofundado a partir da discussão sobre a população ribeirinha deslocada de Mutum-Paraná para Nova Mutum-Paraná. No primeiro caso, a literatura mostra que o conflito central vivido pela comunidade é a luta pela demarcação, proteção e permanência em seu território, em um contexto de convivência tensa entre indígenas, quilombolas e não indígenas, no qual o espaço é continuamente pressionado por invasões, ocupações e devastação. No segundo, evidencia-se que a população ribeirinha, embora diretamente afetada pela UHE de Jirau, não dispõe de reconhecimento político-jurídico equivalente ao conferido a outros povos e comunidades tradicionais, o que dificulta a resistência coletiva e o acesso a direitos específicos (Reis, 2024; Reis; Teixeira, 2024; Silva, 2018).

A contribuição de Silva (2018) é especialmente importante porque desloca a discussão do plano meramente territorial para o plano do reconhecimento social e normativo. A autora sustenta que os ribeirinhos atingidos por Jirau não contam com arcabouço jurídico específico que lhes confira condições efetivas de resistência frente às estruturas de poder que incidem sobre seu modo de vida. Em razão disso, suas reivindicações tendem a aparecer de forma fragmentada e individualizada, o que enfraquece a construção de mecanismos

coletivos de defesa de direitos. O conflito, nessa perspectiva, não está apenas em perder ou ameaçar perder o território, mas também em não ser plenamente reconhecido pelo Estado como sujeito coletivo portador de especificidades próprias, distintas das populações urbanas ou rurais em geral (Silva, 2018).

Aqui, o núcleo do conflito não é apenas quem controla economicamente a terra, mas quem é reconhecido como sujeito territorial legítimo e em que condições pode reivindicar proteção, permanência e tutela estatal. Nos estudos sobre os Wajuru, a comunidade aparece lutando contra a invasão física de seu espaço e contra a invisibilização histórica de sua presença ancestral no território. Já nos estudos sobre a população ribeirinha de Nova Mutum-Paraná, o problema se manifesta na ausência de reconhecimento político-jurídico específico, o que fragiliza a capacidade coletiva de reivindicar saúde, educação, segurança, moradia adequada e respeito ao modo de vida tradicional após o deslocamento (Reis, 2024; Reis; Teixeira, 2024; Silva, 2018).

Outro elemento forte desse eixo é o caráter histórico, identitário e pluriétnico do conflito. A literatura mostra que, em Rolim Rio Mequéns, a disputa territorial ocorre em espaço marcado pela sobreposição de diferentes grupos e trajetórias de ocupação, de modo que a luta por permanência é também luta por memória e legitimidade histórica. De forma convergente, a tese de Silva (2018) mostra que a experiência ribeirinha no Madeira não pode ser reduzida a uma condição social genérica, porque ela está ancorada em práticas, temporalidades e vínculos próprios com o rio e com o território, os quais precisam ser reconhecidos como fundamento de direitos e não tratados apenas como traços culturais secundários. Assim, o conflito por reconhecimento envolve, simultaneamente,

identidade, pertencimento e capacidade de afirmação política (Silva, 2018; Reis, 2024).

Nesse contexto, a defesa territorial está intimamente articulada à defesa ambiental. Os estudos sobre os Wajuru mostram que a luta pela terra não se separa da luta contra o desmatamento, as queimadas, as invasões e outras formas de degradação do território. A floresta, os caminhos, os lugares de memória e os espaços de uso comunitário não aparecem como elementos externos à vida da comunidade, mas como parte constitutiva de sua existência coletiva. Em chave semelhante, a discussão sobre os ribeirinhos deslocados de Mutum-Paraná evidencia que a relação com o rio Madeira, com as várzeas e com as práticas cotidianas de subsistência integra a própria definição desse grupo social, de modo que a ausência de tutela específica representa também uma forma de negação de sua territorialidade (Reis, 2024; Silva, 2018).

A noção de permanência é igualmente decisiva. Diferentemente dos conflitos por deslocamento compulsório, em que a remoção já ocorreu ou está em curso, aqui o conflito se organiza em torno do esforço para evitar a expulsão, garantir proteção jurídica e afirmar o direito de continuar existindo no território. Essa permanência envolve resistência física às ameaças, mas também produção de instrumentos políticos de defesa, mobilização pública, articulação institucional e reivindicação de reconhecimento normativo. Nesse sentido, o reconhecimento não aparece como concessão abstrata do Estado, mas como resultado de luta política contínua, seja para assegurar demarcação e proteção territorial, seja para tornar visíveis sujeitos coletivos historicamente negligenciados pelas políticas públicas (Reis, 2024; Silva, 2018).

Dessa forma, os conflitos territoriais e lutas por reconhecimento envolvendo povos originários e comunidades tradicionais podem ser compreendidos, no corpus analisado, como um conjunto de tensões envolvendo: luta pela demarcação ou reconhecimento do território, resistência a invasões e ameaças externas, defesa ambiental articulada à defesa cultural, afirmação identitária e histórica das comunidades e busca por tutela política e jurídica capaz de garantir o direito de permanecer no espaço tradicionalmente ocupado. Ao reunir esses elementos, a literatura mostra que esse eixo é fundamental para compreender Rondônia não apenas como cenário de grandes empreendimentos e disputas fundiárias, mas também como espaço de resistência de povos e comunidades que lutam para seguir existindo e sendo reconhecidos em seus territórios (Reis, 2024; Reis; Teixeira, 2024; Silva, 2018).

4. CONCLUSÃO

A presente revisão sistemática permitiu identificar que os conflitos socioambientais em Rondônia se estruturam de forma recorrente em torno de quatro eixos principais: os conflitos por deslocamento compulsório e reassentamento; os conflitos pelo uso, acesso e controle das águas e dos recursos do rio; os conflitos por disputa fundiária e apropriação territorial; e conflitos territoriais e lutas por reconhecimento envolvendo povos originários e comunidades tradicionais. A partir desse conjunto, foi possível responder à pergunta central da pesquisa e demonstrar que a literatura não trata os conflitos socioambientais no estado como eventos isolados, mas como processos persistentes, historicamente produzidos e atravessados por fortes assimetrias de poder.

Os resultados evidenciaram, em primeiro lugar, a centralidade dos empreendimentos hidrelétricos na configuração dos conflitos mais recorrentes identificados no corpus analisado. As usinas instaladas no rio Madeira aparecem como marcos de reordenação territorial e social, produzindo deslocamentos compulsórios, reassentamentos e múltiplos efeitos sobre os modos de vida das populações atingidas. Contudo, a revisão também mostrou que o conflito não se esgota no ato da retirada da população. Os reassentamentos, longe de representarem apenas soluções técnicas, passam a integrar o próprio conflito quando reorganizam a vida das comunidades segundo lógicas externas, redefinem suas condições de moradia e fragilizam vínculos anteriormente construídos com o território.

Em segundo lugar, a análise revelou que os conflitos ligados às águas e aos recursos do rio ocupam lugar igualmente relevante na literatura. As alterações no regime hidrológico, as enchentes, os desbarrancamentos, a redução do pescado, as restrições à pesca e os impactos sobre a agricultura de várzea demonstram que a transformação do rio implica também a transformação das condições materiais de existência das comunidades ribeirinhas e pesqueiras. Nesse sentido, os conflitos hidrossociais mostram que o rio não é apenas elemento natural, mas espaço de trabalho, circulação, memória, alimentação e orientação temporal, cuja apropriação por grandes projetos redefine profundamente a autonomia das populações que dele dependem.

A revisão também evidenciou que os conflitos fundiários permanecem como um dos núcleos mais duradouros da conflitualidade socioambiental em Rondônia. A ocupação irregular de terras públicas, a grilagem, a colonização dirigida, a fragilidade da regularização fundiária e a violência no campo revelam que a terra

segue sendo objeto de disputa material e política. A literatura analisada demonstrou que esses conflitos não decorrem apenas de carência de terra, mas de processos históricos de apropriação desigual do território, nos quais se sobrepõem políticas estatais incompletas, interesses econômicos privados e dinâmicas contínuas de exclusão.

Por fim, os estudos sobre reconhecimento, permanência e defesa de territórios tradicionais e povos originários permitiram perceber que parte importante dos conflitos socioambientais em Rondônia se organiza em torno da luta de povos e comunidades para continuar existindo em seus espaços de vida. Nesse eixo, o conflito não se reduz ao controle econômico da terra, mas envolve a busca por reconhecimento jurídico, político e social, a resistência a invasões e ameaças externas e a defesa simultânea do território, da cultura e da memória coletiva. A revisão mostrou, assim, que a permanência territorial constitui dimensão fundamental para compreender a resistência de comunidades tradicionais diante da expansão de empreendimentos, da pressão fundiária e da insuficiência dos mecanismos estatais de tutela.

De maneira geral, o estudo permite concluir que os conflitos socioambientais em Rondônia são indissociáveis de processos mais amplos de desenvolvimento territorial, exploração econômica e intervenção estatal sobre a Amazônia. Eles revelam a persistência de modelos que priorizam a apropriação de recursos e a reorganização do espaço sem incorporar, em igual medida, os direitos, os conhecimentos e as formas de vida das populações atingidas. Ao mesmo tempo, a literatura analisada mostra que tais populações não figuram apenas como vítimas passivas desses processos, mas

também como sujeitos que resistem, denunciam, reivindicam reconhecimento e produzem formas de defesa de seus territórios.

Como contribuição, esta revisão sistematiza e organiza a produção acadêmica sobre o tema, evidenciando padrões de conflito que ajudam a compreender com maior clareza a realidade socioambiental rondoniense. Ao categorizar os principais conflitos identificados na literatura, o estudo oferece uma base analítica útil para novas pesquisas, para o debate acadêmico e para a reflexão sobre políticas públicas mais sensíveis às especificidades do estado. Ao mesmo tempo, evidencia-se a necessidade de ampliar estudos empíricos sobre comunidades menos visibilizadas, aprofundar a análise sobre os impactos de longo prazo dos grandes empreendimentos e fortalecer abordagens que articulem território, direitos, justiça socioambiental e participação social.

Compreender os conflitos socioambientais em Rondônia exige reconhecer que eles não dizem respeito apenas a obras, recursos ou disputas localizadas, mas a diferentes formas de reorganização do território amazônico e às resistências produzidas por aqueles que nele vivem. É justamente nesse entrelaçamento entre intervenção, conflito e resistência que se encontra uma das chaves centrais para interpretar a dinâmica socioambiental contemporânea do estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Guilherme Prado. *“Agora é cada um por si”: avaliação de impacto, governança e conflitos nos sistemas socioecológicos pesqueiros afetados pelas usinas hidrelétricas do rio Madeira*. 2025. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Escola de Artes, Ciências e Humanidades,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. DOI: 10.11606/T.100.2025.tde-12092025-195636.

ANDRADE, Denise. *Transparência na gestão pública municipal e o programa de compensação socioambiental da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio*. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

ANJOS, Lilian Marques dos. *Não às hidrelétricas na Amazônia, sim à vida!: conflitos ambientais e resistências territoriais na bacia do rio Madeira (Brasil-Bolívia)*. 2025. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. DOI: 10.11606/D.84.2025.tde-06052025-170142.

AZEVEDO, Laise Santos. *Áreas legalmente protegidas na Amazônia: uma análise da gestão ambiental do Parque Estadual de Corumbiara*. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BISPO, Deivsson Souza; BERNARDY, Rógis Juarez; CONSALTER, João Gabriel Perez; SILVA, Paulo Antunes da; OLIVEIRA, Luciara de Souza Bispo. Impactos dos conflitos agrários em Rondônia: repercussões para a segurança pública. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 8, p. 1-13, 2025. DOI: 10.56238/arev7n8-142.

BORCHE, Maria Isabel Alves Fonseca da Silva. *O acesso à terra e a justiça social em Rondônia: o caso do Território Zona da Mata*. 2016. 59 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio

Ambiente) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.

CAVALCANTI, Erivaldo; TORQUATO, Carla Cristina A.; DIAS, Kelvin William da S. As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau: dano socioambiental e seus reflexos sobre o reassentamento Nova Mutum Paraná. *Revista Jurídica da UFERSA*, Mossoró, v. 4, n. 7, p. 173-192, jan./jun. 2020. DOI: 10.21708/issn2526-9488.v4.n7.p173-192.2020.

FALCÃO, Karen Roberta Miranda de Sousa. *Conhecimento tradicional aliado ao desenvolvimento sustentável e à bioeconomia: o caso dos quilombolas do município de Costa Marques/RO*. 2024. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2024.

LIMA, Jessica Camila Souza; COSTA, Gean Magalhães da; BELFORTE, Laila Cíntia Mota; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; RODRIGUES, Marcos Mascarenhas Barbosa; BRUNORO, Guilherme Rabelo. Pequenas Centrais Hidrelétricas em Rondônia: legislação, agentes hegemônicos e impactos territoriais. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, Portugal, v. 17, n. 9, p. 1-21, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n9-047.

LUIZ, Aídee Maria Moser Torquato. *Conflitos socioambientais gerados pelo complexo hidrelétrico de Santo Antônio: uma análise nos processos de remanejamento das comunidades afetadas*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Velho, 2019.

MATOS, Lucas Ramos de. Cercamentos expropriatórios sobre os grupos comunitários na Amazônia: análise de um território

camponês em Rondônia. *Terra Livre*, v. 2, n. 61, p. 683-719, 2023. DOI: 10.62516/terra_livre.2023.3340.

MOHER, David; LIBERATI, Alessandro; TETZLAFF, Jennifer; ALTMAN, Douglas G.; PRISMA GROUP. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *BMJ*, v. 339, b2535, 2009. DOI: 10.1136/bmj.b2535.

MORET, Artur de Souza; SANTOS, Clara Miranda; ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de; SIMÃO, Berenice Perpétua; SILVA, Jeferson Cardoso da; BARBA, Clarides Henrich de. Expandindo a concepção de atingidos por UHE: assentamentos Vila Jirau e Vila da Penha - Rondônia. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 24, p. 1-17, 2021. DOI: 10.1590/1809-4422asoc20200132r2vu2021L3DAO.

NANTES, Rosalina Alves. *Os (efeitos de) sentidos sobre o trabalho decente na UHE do rio Madeira: apagamento de conflitos sociais em comunidades amazônicas*. 2023. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023.

PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *PLoS Medicine*, v. 18, n. 3, e1003583, 2021. DOI: 10.1371/journal.pmed.1003583.

PASSOS, Rosália Maria; PRAXEDES, Nicolle S. L. F. de Mores Brentan. Reinserção em Nova Mutum Paraná e condições de vida dos atingidos pela construção da hidrelétrica de Jirau em Rondônia. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 5, n. 1, p. 20-31, jan./abr. 2013.

PEREIRA, Carlos Alexandre Rodrigues; WINKLER, Mirko Severin; HACON, Sandra de Souza. Análise de condições ambientais em comunidades ribeirinhas de Porto Velho, Rondônia, Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 9, n. 2, p. 440-455, 2016. DOI: 10.26848/rbgf.v9.2.p440-455.

PINTO, Gizele Carvalho. *Fragilidade ambiental e planejamento no Distrito de Mutum-Paraná – Porto Velho/Rondônia: problemas e perspectivas*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2011.

REIS, João Herbety Peixoto; TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. Conflitos étnicos e lutas pela demarcação das terras indígenas Wajuru. *Revista FT, História*, v. 28, ed. 138, set. 2024. DOI: 10.69849/revistaft/th10249261545.

REIS, João Herbety Peixoto. *Os Wajuru de Rolim Rio Mequens: história e os conflitos circundantes*. 2024. Dissertação (Mestrado em História da Amazônia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2024.

RIBEIRO, Aurení Moraes; ANDRADE, Luana Cardoso de; MORET, Artur de Souza. Os estabelecidos e os outsiders da Amazônia: uma reflexão sociológica acerca de um projeto de reassentamento em Rondônia, Brasil. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 8, n. 2, p. 275-290, jul./dez. 2015. DOI: 10.22228/rt-f.v8i2.273.

ROCHA, Daniete Fernandes; ARAÚJO, Jane Aparecida Nunes de; CAMPOS, Mauro Macedo; COSTA, Luciana Assis. “Quem chegou primeiro?” Deslocamento de ribeirinhos na implantação da usina hidrelétrica de Santo Antônio (RO). *Mundo Amazônico*, v. 14, n. 1, p. 80-111, 2023. DOI: 10.15446/ma.v14n1.96608.

SILVA, Helen Rose Oliveira da; SILVA, Siane Cristhina Pedroso Guimarães; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Unidade de conservação e desmatamento na Amazônia: análise do Parque Estadual de Guajará Mirim em Rondônia/Brasil. *Acta Geográfica*, Boa Vista, v. 13, n. 32, p. 156-170, maio/ago. 2019.

SILVA, Layde Lana Borges da. *As teorias da representação e do reconhecimento social: o empoderamento político-jurídico da população ribeirinha em Rondônia*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Velho, 2018.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; LIMA, Luís Augusto Pereira; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente às hidrelétricas e ao agronegócio. *Confins*, n. 36, 2018. DOI: 10.4000/confins.13980.

SOUZA, Edney Costa; FERNANDES, Alice Munz; MATOS, Gleimíria Batista da Costa. Capital social e desenvolvimento regional: impactos em uma comunidade ribeirinha atingida pela construção de usina hidrelétrica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 11., 2023, Santa Cruz do Sul. *Anais [...]*. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2023. p. 1-13.

TEIXEIRA, Lucineide da Silva. *Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão (1970-2004)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VITACHI, José Carlos. *A (in)ação do Estado: da Gleba Jorge Teixeira de Oliveira ao Núcleo Urbano União Bandeirante – Porto Velho/RO – 1999/2014*. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ZIMMERLI, Eduardo Renato; SIENA, Osmar. Características e posicionamento dos atores nos conflitos socioambientais inerentes à construção das hidrelétricas no rio Madeira. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 11, n. 2, p. 93-115, maio/ago. 2015.

ZIMMERLI, Eduardo Renato. *Conflitos socioambientais pela construção das usinas do Jirau e de Santo Antônio no Rio Madeira em Porto Velho/RO*. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

¹ Doutora em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB).
Mestre em Direito Processual e Cidadania pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4041759939091973>.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1821-8668>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Endereço postal institucional: Universidade Federal de Rondônia, BR-364, Km 9,5, Porto Velho – RO, CEP 76801-059.

² Doutoranda em Direitos Humanos e Acesso à Justiça (DHJUS) pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade de Paraíso do Norte (FAPAN). Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5219752702957540>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3467-6625>. E-mail: [acesse o artigo](#)

[original para visualizar o e-mail](#). Endereço postal: Av. Farquar, 3430,
Porto Velho – RO, CEP 76801-432.